

POR DENTRO DOS CEM DIAS

U

m olhar sobre a política dos direitos sexuais e direitos reprodutivos no governo Lula permite refletir sobre o cenário que se desenha para os próximos quatro anos no Brasil.

No governo de Jair Bolsonaro, o Brasil liderou a aliança internacional antiaborto, retrocedendo gravemente no campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos através da imposição de uma agenda negacionista, antidireitos. Também entrou em desacordo com recomendações de órgãos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Imagem 1

Lula e representantes da sociedade brasileira sobem a rampa do Palácio do Planalto



As taxas de mortalidade no ciclo gravídico-puerperal aumentaram e as barreiras de acesso ao aborto se ampliaram, provocando o aumento da criminalização e da perseguição de mulheres, meninas e pessoas que podem gestar. Pessoas essas, que tem o direito garantido para interromper a gestação em casos de aborto legal.

Após ter sido eleito presidente, Lula criou o gabinete de transição para diagnosticar a atual situação política na gestão dos quatro anos de governo de Jair Bolsonaro.

ASSIM, QUAIS FORAM OS AVANÇOS NO CAMPO DOS DIREITOS DAS MULHERES, MENINAS E PESSOAS QUE GESTAM?

O primeiro desses avanços corresponde à própria estruturação dos ministérios, com a recriação do Ministério das Mulheres, nomeando como ministra Cida Gonçalves.

Com trajetória no âmbito do movimento feminista e do enfrentamento à violência contra as mulheres, e a nomeação da cientista e pesquisadora Nísia Trindade para o Ministério da Saúde. Atuando de forma interministerial, ambos os ministérios são estratégicos para a promoção e garantia de direitos.

Na cerimônia de posse, Nísia Trindade firmou o compromisso, diante da demanda dos movimentos feministas, com a revogação das portarias e notas técnicas criadas durante o governo Bolsonaro, que ofendiam a ciência, os direitos humanos e os direitos sexuais e reprodutivos. Desse modo, reescrevendo a posição do Ministério da Saúde, com a retirada de uma agenda conservadora e negacionista da ciência.

Outro aspecto importante diz respeito à formação da equipe que integra o Ministério da Saúde. Durante o governo

Imagem 2

Manifestação feminista com cartaz escrito "nenhum direito a menos"



Bolsonaro, o Ministério da Saúde teve a sua frente um grupo de oposição à promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, fazendo avançar uma agenda de retrocessos e de criminalização da prática do aborto.

A EQUIPE DE SAÚDE DO ATUAL GOVERNO

Tem o médico sanitário Nésio Fernandes como novo Secretário de Atenção Primária à Saúde (SAPS). Em entrevista, se posicionou em defesa do aborto legal no SUS, e participou do episódio da menina de dez anos do Espírito Santo que teve o direito à realização do aborto negado, tendo que realizar o procedimento em hospital de referência na cidade do Recife (PE) em 2020, durante a pandemia do COVID-19.

Na entrevista, o secretário disse que "Precisa ter uma rede materna que faça aborto, descentralizada. Eu tive que levar uma menina de dez anos do Espírito Santo para Pernambuco.

Por questão de religiosidade de agentes comunitários da saúde, médicos, enfermeiros, [eles] acolhem a criança gestante como mãe

NA POLÍTICA EXTERNA, HÁ A AMPLIAÇÃO E REPOSICIONAMENTO DO BRASIL EM INTERFACE COM AS MUDANÇAS PROMOVIDAS NA POLÍTICA INTERNA

Assim, têm-se um novo posicionamento brasileiro na audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e na atuação global em relação aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos. Na audiência, o Brasil foi representado pelo diretor do Departamento de Gestão do Cuidado Integral da SAPS, Marcos Pedrosa.

Ele afirmou o compromisso do governo em promover políticas dos direitos das mulheres no âmbito regional e hemisférico, com a redução da mortalidade materna, com a perspectiva de promoção da igualdade de gênero, com o acesso à informação e à educação sexual, e com o restabelecimento e promoção dos direitos sexuais e reprodutivos

Em âmbito global, foi revogada a construção realizada em outubro de 2020 pelo Governo Bolsonaro junto a países

como Polônia e Egito, na assinatura da Declaração do Consenso de Genebra, . O Consenso afirmava a não existência de um direito internacional ao aborto legal e limitava o conceito de família a uma perspectiva heteronormativa.

Em uma atuação conjunta entre os Ministérios das Relações Exteriores, Direitos Humanos e Cidadania, Saúde e das Mulheres, a retirada do Brasil do Consenso foi pautada no novo alinhamento do país.

Na declaração dos Ministérios se exalta que o país: "respeita a promoção da igualdade e da equidade de gênero em diferentes esferas, a participação política das mulheres, o combate a todas as formas de violência e discriminação, bem como os direitos sexuais e reprodutivos".

Nessa guinada da política externa, o Brasil se associa ao Compromisso de Santiago e à Declaração do Panamá, ambos com comprometimento na reivindicação pela igualdade de gênero na América Latina.

SOBRE AS MEDIDAS ADOTADAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE: DESTACAMOS A REVOGAÇÃO DE SEIS PORTARIAS

Que foram elaboradas sem base científica, amparo legal e em desacordo com os princípios do SUS, assinadas durante o governo Bolsonaro e sem discussão com representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

Uma das Portarias revogadas foi a obrigatoriedade da equipe médica de comunicar à polícia ou às autoridades competentes caso recebam solicitação de aborto em decorrência de violência sexual, devendo preservar possíveis evidências materiais do crime, como fragmentos do embrião ou feto.

Outra foi a substituição da Rede Cegonha, atuante desde 2011 e restituída pelo atual governo, pela Rede de Atenção Materna e Infantil (RAMI). Dentre as críticas direcionadas a RAMI, está a ausência de Centros de Parto Normal (CPN), oferecendo assistência especializada às gestantes de risco habitual e a não previsão da presença da Enfermagem Obstétrica e Obstetizes entre as profissionais que atuam na rede. Além disso, se criticou também a caderneta da gestante instituída e distribuída pelo SUS, que promovia práticas e diretrizes sem comprovação científica e que resultam em violência obstétrica.



AUTORIA
ANA CAROLINA MARSICANO
ALINE BEATRIZ COUTINHO

REVISÃO
LEINA PERES RODRIGUES
LÍGIA CARDIERI

IMAGEM 1
TÂNIA REGO/AGÊNCIA BRASIL

IMAGEM 2
MÍDIA NINJA

REALIZAÇÃO
ABRIL DE 2023

No campo do enfrentamento à pobreza menstrual, foi assinado o decreto para criação do Programa de Proteção e Promoção da Dignidade Menstrual. O decreto assegura a oferta de absorventes pelo SUS para a população abaixo da linha da pobreza

ATUAÇÃO INTERMINISTERIAL, VISIBILIDADE TRANS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Ministério da Saúde, junto do Ministério da Igualdade Racial debateram a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e o Projeto Saúde em Territórios, Favelas e Periferia. Foram firmados compromissos no enfrentamento ao racismo como fator determinante no acesso à saúde de qualidade e igualitária

Além disso, O Ministério da Saúde já iniciou o debate sobre o desenvolvimento de políticas públicas específicas para a população trans e não-binária, apontando uma série de ações que devem ser estudadas e implementadas como a "expansão da oferta de prevenção combinada para além da rede especializada em HIV; ampliação de "ambulatórios trans"; modelos diferenciados de serviços para pessoas trans jovens e adolescentes 15+; [e] Incorporação de novas tecnologias".

Outra importante iniciativa desse Ministério é a oferta, através da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), de capacitações gratuitas voltadas para profissionais que atuam na área da saúde da mulher, com destaque para a capacitação voltada para o atendimento de mulheres com deficiência e mobilidade reduzida.

O QUE OBSERVAMOS NESSES PRIMEIROS CEM DIAS DE GOVERNO LULA

É uma equipe empenhada na reparação política e social em torno de uma agenda que representou nos últimos quatro anos o profundo retrocesso na garantia de direitos de mulheres, meninas e pessoas que gestam.

O que nos aponta para a necessidade de permanecermos atentas e atentes para, após restabelecido um ambiente democrático e de direitos,

na mobilização pelo avanço na agenda de garantia ao acesso integral à saúde e a justiça reprodutiva

É A PARTIR DESSA COMPREENSÃO E A NÍVEL DE ARTICULAÇÃO

Que a Rede Feminista de Saúde - Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos recomenda a participação nas conferências que estão programadas para serem realizadas em defesa da saúde das mulheres e dos direitos sexuais e direitos reprodutivos de todos.

Em julho desse ano, em Brasília, acontecerá a Conferência Nacional de Saúde, com o tema "Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia - Amanhã vai ser outro dia". Em nível municipal, intermunicipal, regional, macrorregional, estadual e distrital, entre os meses de agosto de 2022 e maio de 2023 vem ocorrendo ainda as Conferências Livres Nacionais, que fazem parte dos mecanismos de participação social em saúde.

Destacamos a Conferência livre estadual de 26 de abril no Rio de Janeiro e a Conferência nacional livre prevista para 28 de maio, em formato híbrido, sendo presencial no Rio de Janeiro e on line para todas as regiões do país.